

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 26 de setembro de 2017, às 14 horas estiveram nas dependências da Câmara Municipal o vereador Alef Assolini, Vice-Prefeito Roberto Da-Fré e o Secretário da Fazenda José Carlos Custódio para Audiência Pública de Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais. **Audiência Pública de Avaliação e Cumprimento de Metas Fiscais do 2º quadrimestre. Secretário José Carlos Custódio:** Item 1- Referente as metas fiscais, onde consta o resultado primário que é o maior indicador de solvência fiscal do setor público que tem por finalidade demonstrar a capacidade do município em honrar o pagamento de suas dívidas utilizando suas receitas próprias, neste cálculo são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a Agosto de 2017, o resultado primário foi de R\$ 6.421.943,29. Esse valor é R\$ 2.875.569,38, superior ao valor realizado no mesmo período de 2016, no montante de R\$ 3.546.373,91. O desempenho favorável demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, inclusive para pagamento da dívida e encargos, cujo dispêndio totalizou R\$ 1.039.091,84 no período. O superávit observado deveu-se pelo incremento das receitas e pela contenção da despesa, principalmente, as Serviços de Terceiros e despesas de capital. 1.2 Resultado Nominal- O Resultado Nominal foi de R\$ (5.147.185,61), correspondendo a diferença apurada entre a Dívida Fiscal Líquida apurado neste quadrimestre no montante de R\$ 3.442.389,67 pelo montante de R\$ 8.589.575,28 apurado em 31/12/2016. Este demonstrativo apresenta um resultado favorável do ativo disponível acrescido dos haveres financeiros e deduzidos os restos a pagar, em relação a Dívida Consolidada do período. Item 2: Receita- A Receita Orçamentária total atualizada que compreende a soma das receitas correntes e de capital e as deduções para o Fundeb, foi estimada para o período em R\$ 80.833.333,34. A receita efetivada no período de Janeiro a Agosto de 2017 alcançou R\$ 84.530.119,45, tendo sido arrecadado, portanto, 104,57% da meta do período. O desempenho da receita teve um resultado positivo no período, principalmente pela arrecadação das Receitas de Serviços e de Capital em relação a previsão. Item 2.1- Receitas Correntes- O total das Receitas Correntes estimada para o período considerado, de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 84.073.800,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 83.091.939,34, inferior 1,17% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes, com 63,30% do total da receita corrente realizada. Item 2.1.1- Receita Tributária- A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 17.301.336,20 que, confrontada com a previsão para o período de R\$ 14.378.866,66, representa uma realização de 83,11% em relação ao valor estimado. A arrecadação do IPTU foi de 146,00% da meta do período, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 4.800.000,00, tendo sido arrecadados R\$ 7.007.838,88. Esta fonte de receita tem sua arrecadação mais significativa no atual período, já para o próximo quadrimestre sua arrecadação cairá visto que as parcelas do IPTU terminam em outubro. O ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, para o qual havia uma projeção de R\$ 1.600.000,00, acumulou até o período R\$ 1.625.558,05, 101,60% do valor estabelecido, o ITBI é uma receita que não tem como prever porque depende muito do mercado, da comercialização, mas é um bom referencial que indica que a economia voltou a se movimentar pois houve comercialização de imóveis. Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 5.729.841,93, o que representa 98,00% da programação para o período. O desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deveu-se principalmente pela situação econômica nacional, afetando a nossa economia regional, mas que demonstra que o crescimento não está muito distante, principalmente no ramo da prestação de serviços. As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 712.739,43 contra uma projeção no período de R\$ 667.200,00. Arrecadou-se, portanto, 106,83% do valor previsto. A Contribuição de Melhoria arrecadou o montante de R\$

AUDIÊNCIA PÚBLICA

37.294,16, correspondendo a 111,88% da previsão do período no montante de R\$ 33.333,33. Item 2.1.2 Receita de Contribuições- As Receitas de Contribuições acumularam até o período o valor de R\$ 2.307.139,00, correspondente a 91,57% da previsão. A arrecadação de Contribuições Sociais representou 86,35% da meta do período, arrecadando R\$ 1.484.889,84 e as Contribuições Econômicas realizaram R\$ 822.249,16, sendo 102,78% do previsto para o período. Item 2.1.3- Receita Patrimonial- As Receitas Patrimoniais, constituídas principalmente pelas rendas auferidas na aplicação de recursos no mercado financeiro, acumularam no período o valor de R\$ 6.564.666,78, correspondendo a 98,08% da previsão do período. Os rendimentos vinculados ao IPRAM, representaram 90,16% destas receitas, acumulando no período o valor de R\$ 5.821.784,17. Item 2.1.4- Receita Agropecuária- A Receita Agropecuária, constituída pelo financiamento de insumos destinados a programas da produção primária, acumulou no período em análise R\$ 37.464,11, representando 101,80% do estimado para o período no montante de R\$ 36.800,00. Item 2.1.5 Receita Industrial- A Receita Industrial, constituída pelo fornecimento de brita para fomento à produção, acumulou no período em análise R\$ 2.133,70, estimamos uma arrecadação para o período em R\$ 666,67, o arrecadado representa 320,05% do programado. Item 2.1.6 Receita de Serviços- As Receitas de Serviços acumularam no período R\$ 3.316.925,80, correspondendo a 177,75% da previsão no período no montante de R\$ 1.866.100,00. Neste segmento, a principal fonte é a receita de ingressos do Festiqueijo, que arrecadou o montante de R\$ 3.048.343,17, contra uma projeção de R\$ 2.501.100,00. Transferências Correntes: Item 2.1.7.1-Transferências da União- Nas transferências Correntes da União, deve ser destacada a participação do Município no FPM, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 11.044.978,06, frustrando a expectativa inicial que era de R\$ 14.666.666,67. O decréscimo no período representou 24,69%. Outras expressivas fontes de recursos da união são os destinados para a manutenção da saúde e da educação. No período foram arrecadados R\$ 1.833.588,53 para a Fundo de Saúde, representando 101,21% do programado no montante de R\$ 1.811.666,67. O FNDE repassou para Manutenção do Ensino no período o montante de R\$ 747.649,61, representando 103,15% do valor estimado no período de R\$ 724.813,33. As transferências da união de compensações pela desoneração do ICMS incidente sobre produtos exportados, criado pela Lei Complementar 87/96, chamada Lei Kandir, no período arrecadou-se R\$ 163.385,68, contra uma projeção para o período de R\$ 163.333,33, efetivando 100,03% do programado. Item 2.1.7.2- Transferências do Estado- No grupo das Transferências Correntes do Estado, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais da Cota Parte do ICMS, que realizou no período R\$ 25.658.280,00 contra uma projeção de R\$ 28.133.333,33, 8,80% inferior a projeção do período. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Estadual. Outro item significativo das transferências estaduais é o IPVA. A sua previsão de arrecadação no período era de R\$ 2.666.666,67, a sua efetiva arrecadação foi de R\$ 3.473.755,77, alcançando 130,27% da projeção. Item 2.1.7.3 - Transferências do FUNDEB- O FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado em 2006 para substituir o FUNDEF, aumentou as perdas de recursos municipais em virtude do baixo número de alunos matriculados na rede de ensino do município. Com base no Censo escolar de 2016, prevemos uma perda até o final do exercício de 2017 em R\$ 5.228.000,00. Realizamos no período R\$ 2.064.014,07. As perdas com o FUNDEB, desde a sua criação, alcançam o montante de R\$ 26.941.279,19. Não vemos perspectivas de melhoras neste cenário, pois o acréscimo no número de matrículas na Educação Básica da rede municipal nos últimos 16 anos é inferior ao necessário. Seriam necessários o ingresso de aproximadamente 810 crianças para não ocorrerem perdas. No conjunto das três redes de ensino, vemos uma diminuição do número de matrículas. Em 2000, tínhamos 5.001 crianças matriculadas nas 3 redes de ensino, atualmente

AUDIÊNCIA PÚBLICA

contamos com 4.759, um decréscimo de -4,84%. Outro dado que deve ser considerado é que esta diminuição deu-se em maior percentual na zona rural. De 2006 a 2016, a diminuição das matrículas nas escolas rurais foi de -21,99% contra -0,17% das matrículas das escolas urbanas. O censo escolar só começou a considerar as crianças matriculadas por zona (Rural e Urbana) a partir de 2006. Neste ano as matrículas rurais representavam 13,87% do total, já em 2016 elas são 11,18%. Este dado demonstra que as quantidades de matrículas nas escolas rurais estão diminuindo acima do total no período de -3,19%. Na zona urbana, após um período de queda (até 2011) o número de crianças matriculadas aumentou, passando de 86,13% em 2006 para 88,82% em 2016.

Item 2.1.7.4 – Dados Populacionais- Inversamente proporcional as quantidades de matrículas, a população de Carlos Barbosa vem crescendo, numa clara demonstração da migração de famílias sem filhos em idade escolar. Em 1970 a população era de 12.374 habitantes, sendo 69,12% destes na zona rural, que eram 8.553 habitantes e 30,88% na zona urbana ou seja 3.821 habitantes. Segundo o Censo de 2010 éramos 25.193 habitantes, sendo 20,64% destes na zona rural 5.200 habitantes e 79,36% na zona urbana totalizando 19.993 habitantes. Em 2017 o IBGE publicou a estimativa populacional do Brasil e Carlos Barbosa alcançou 28.091 habitantes.

Item 2.1.7.5- Transferências de Instituições Privadas No grupo das Transferências Correntes de Instituições Privadas destacam-se as contribuições para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com uma previsão de arrecadação no período de R\$ 266.666,67 e realizou o momento R\$ 70.511,40, representando 26,44% do programado. Outra expressiva receita de transferência de Instituições Privadas é a Contribuição para manutenção da educação infantil. Criado em 2010 o FUMCRECHE arrecadou no período R\$ 298.007,73 do estimado para o período, no montante de R\$ 300.000,00, representando 99,34%.

Item 2.1.7.6 Transferências de Pessoas- As Transferências de Pessoas correspondem as contribuições ao FUMDICA efetuadas por pessoas físicas e no período em análise foi arrecadado R\$ 16.000,00, contra uma estimativa inicial de R\$ 33.333,33. O arrecadado representou 48,00% do estimado.

Item 2.1.7.7- Transferências de Convênios- No grupo das Transferências Correntes de Convênios, o item mais significativo refere-se as transferências dos convênios com o Estado para manutenção do Transporte escolar de alunos da rede Estadual. Estimava-se para o período o ingresso de R\$ 233.333,33 efetivando-se R\$ 321.745,74, o que corresponde a 137,89% da previsão.

Item 2.1.8 Outras Receitas Correntes- A arrecadação até o período, de Outras Receitas Correntes, foi de R\$ 962.526,80, representando 104,53% do programado. Destaca-se as Receitas de Compensação Financeira entre o RGPS e o IPRAM que atingiram o montante de R\$ 255.807,09, a Dívida Ativa que alcançou o montante de R\$ 242.204,39 e as Multas e Juros de Mora sobre tributos e não tributos, resultando em R\$ 346.864,24.

Item 2.2 Receitas Correntes Intraorçamentárias- A contribuição patronal ao IPRAM que anteriormente integrava as contribuições sociais, passando a figurar como Receita Corrente Intraorçamentária, assim, no período foi arrecadado R\$ 5.282.463,91 que representa 89,19% do projetado.

Item 2.3 Receitas de Capital- As Receitas de Capital alcançaram o montante de R\$ 4.298.101,82. A maior arrecadação ocorreu em virtude da realização de Operação de Crédito do PAC2 – Pró Transporte no montante de R\$ 1.173.363,27. Outras fontes de rendas de Operação de Crédito são as do PMAT que arrecadou até o período R\$ 680.903,10 e do Badesul – Santa Luiza no montante de R\$ 430.163,92. A Alienação de Bens não realizou receita no período. As Transferências de Capital efetivaram-se no montante de R\$ 1.982.015,50. As principais transferências são: obras da Escola Integral-Vila Nova no montante de R\$ 704.341,06, Escola Bela Vista no montante de R\$ 180.247,37, Pavimentação na rua Getúlio Vargas no montante de R\$ 251.621,13 e rua Pedro Angelo Guerra no montante de R\$ 194.000,23.

Item 2.4 Deduções Para Fundos- As Receitas de Deduções para Fundos correspondem a uma retenção financeira, destinada à formação do FUNDEB. Foi estimada uma retenção no período de R\$ 9.218.666,67 efetivando-se o montante de R\$ 8.142.385,62, ou seja 88,32% do projetado.

Item 3 Despesa- Considerando todas as

AUDIÊNCIA PÚBLICA

fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o IPRAM, PROARTE e o LEGISLATIVO, no exercício de 2017, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita demonstrou um superávit orçamentário de R\$ 19.544.311,48. A meta estabelecida, para assegurar o equilíbrio fiscal, consiste em obter a relação despesa pública/receita pública não inferior a 3%. O resultado obtido foi de 23,12%, e permite confirmar o cumprimento da meta. As Despesas Liquidadas, no acumulado do período totalizou R\$ 64.985.807,97, correspondendo a 73,39% da despesa empenhada no montante de R\$ 88.547.642,38. Com relação ao pagamento da dívida pública - juros e amortização – representou 1,60% das despesas liquidadas. Já em relação as despesas com investimentos, estas alcançaram 4,02% das despesas liquidadas, totalizando R\$ 2.612.352,90. Item 4.1 Despesa Pessoal - Executivo a Despesa de pessoal do Executivo, calculada conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Secretaria do Tesouro Nacional, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação a Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Set/2016 a Ago/2017), está abaixo do limite prudencial de 51,30%, apresentando o comprometimento de 39,65%. Este nível de comprometimento é um dos mais baixo dos últimos 08 (oito) anos, apesar do aumento vegetativo do quadro de servidores e das políticas de valorização dos servidores estatutários, demonstrando a responsabilidade dos gestores em relação aos gastos de pessoal. Item 4.2 Despesa Pessoal - Legislativo A Despesa de pessoal do Poder Legislativo, também segue os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo alcançado o comprometimento de 0,75% da Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Set/2016 a Ago/2017), estando abaixo do limite prudencial de 5,70%. Item 5 -Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no acumulado do período, totalizaram R\$ 13.584.274,63, o que corresponde a 27,00% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município no período em análise atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal. Conforme demonstrado no item 30 do quadro 27, em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental, o Município é deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda no período de R\$ 2.064.014,07, está sendo computada como gasto em educação para fins de apuração dos limites. Também, em cumprimento ao art. 7º da Lei Federal 9.424/96, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, o Município aplicou 86,90% dos recursos recebidos do Fundeb na Remuneração dos Profissionais do Magistério atendendo o dispositivo legal supracitado. Item 6- Despesa com ações e serviços públicos de saúde- os gastos com saúde atingiram no período o montante de R\$ 4.899.375,97, o que corresponde a 17,39% sobre a receita líquida de impostos e transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000. Item 7- Dívida pública consolidada- A dívida consolidada líquida por contratos ao final do quadrimestre totalizou R\$ 3.479.409,51, demonstrando um decréscimo em relação ao saldo do exercício anterior no montante de R\$ 8.613.725,68. Em decorrência desse decréscimo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em 3,27%, contra 8,48% no exercício anterior, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes (120%) a Receita Corrente Líquida. O Passivo Atuarial (RPPS) ao final do quadrimestre totalizou R\$ 64.244.494,93 e as reservas financeiras alcançaram o montante de R\$ 71.892.548,62. Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário para o período foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida encontram-se abaixo dos limites legais. O gasto com Educação e Saúde estão acima do limite mínimo legal estabelecido. Ficando

AUDIÊNCIA PÚBLICA

demonstrado, assim, o resultado positivo das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **ESPAÇO PARA DEBATE: Vereador Alef Assolini:** Em relação ao item 2.1.3 as receitas, que no período acumulou o valor de R\$6.554.666,78, o vereador pede se seria apenas o rendimento do valor aplicado. **Secretário José Carlos Custódio:** Diz que sim, apenas o rendimento, o município tem durante o período alguns recursos vinculados como o RPPS e outras receitas que não são utilizadas no período, e pela legislação então o município fica obrigado a aplicar no mercado financeiro, até para não deixar de ganhar e o valor acumulado corresponde sim ao rendimento no período de janeiro a agosto. Sendo que desses 6 milhões, 5.821.000 é do Instituto de Previdência, 90% do rendimento é do Instituto de Previdência, como o secretário falou o Instituto de Previdência tem mais de 71 milhões aplicados, é uma reserva financeira para suprir seus gastos. **Vereador Alef Assolini:** Referente a Lei Kandir pede se é abatido, exonerado de ICMS os produtos de Carlos Barbosa e depois o órgão federal repassa ao município uma compensação. **Secretário José Carlos Custódio:** A União quando quis incentivar as exportações isentou todas as empresas do ICMS-exportação e o ICMS tanto circulação externa quanto exportação é de competência dos Estados e a União para incentivar a economia isentou, em troca disso iria compensar os municípios e estados exportadores com uma reposição deste valor, até hoje ainda está em aguardo a regulamentação, tanto que o Governo do Estado entrou com ação e está sendo discutido no STF uma compensação maior pois o Estado do Rio Grande do Sul é um grande exportador mas não retorna o que é devido e a União acaba repassando ao município um valor baixo em relação ao que o Estado e Município contribuem. A Lei complementar criou a isenção mas não previu a forma de compensação de acordo. **Vereador Alef Assolini:** Sobre o Fundeb o vereador pede qual a maneira que se dá esta receita? Seria por aluno mesmo matriculado e aonde pode ser usado o dinheiro? Sabe da existência da legislação mas pede ao secretário se puder explicar. **Secretário José Carlos Custódio:** No Fundeb 20% das receitas de FPM, da Lei Kandir, do ICM exportação, do ICM, do IPVA, 20% é retido no ato, nem chega a vir para o município, esses 20% depois é repartido para todos os municípios do nível estadual pelo número de alunos matriculados na rede de ensino, mas no caso de Carlos Barbosa há uma retenção de 20% sobre essas receitas, mas não tem número de alunos suficientes matriculados para fazer um '0x0', então o município contribui muito com o Fundeb mas tem um retorno no número de matrículas muito baixo, com isso acaba sempre tendo uma perda anual de 3,4 milhões em relação ao número de alunos matriculados, precisaria mais de 800 alunos para ficar em um '0x0'. Esta receita retorna apenas baseada em alunos matriculados, precisando então aumentar o número de matriculados na rede de ensino municipal, pois com isso esse dinheiro vai para o governo do estado ou municípios que tem mais alunos. **Eliseu Demari:** Questiona a respeito do FPM, pois todos os itens demonstrados estão se aproximando ou superando a meta, mas o FPM está bem abaixo. Pede se é possível identificar porque isso acontece? Se ele vai se consolidar? Esse decréscimo forte do FPM preocupa ou é uma oscilação normal? **Secretário José Carlos Custódio:** É preocupante porque O FPM é formado basicamente de IPI (indústria) e de Imposto de Renda, então se pegar uma economia da forma como veio vindo a atual, desemprego, falta de contratações e o próprio lucro das empresas retraído e a empresa não faz produtos para colocar no mercado, estes fatores ocasionam uma diminuição no recolhimento de impostos, de IPI porque não está sendo produzido tudo o que devia ser, se a empresa não tem lucro não gera imposto de renda, então realmente houve uma queda, mas nos últimos meses o FPM está retomando, começando a subir, o que significa que o IPI e Imposto de Renda está voltando a crescer nas empresas, no comércio, mas ainda é pouco para poder recuperar toda a perda. Quando a União quer incentivar a produção diminui Imposto de Renda e IPI e quando quer aumentar sua arrecadação aumenta Contribuição Social e Cofins que não é dividido com todos os outros entes federativos, então acaba tendo um aumento de arrecadação na União mas em

AUDIÊNCIA PÚBLICA

compensação uma diminuição na arrecadação dos municípios; Agora já tem Legislação que prevê que quando tiver qualquer incentivo fiscal por parte da União não pode mais fazer em cima de impostos compartilhados com Estado e municípios sem que haja acordo entre estes, pois se torna muito injusto, aumentando o que é só da União e diminuindo o que é dos outros, por isso há uma perda significativa, mas está começando a mostrar reflexo mesmo que será difícil conseguir alcançar até o final do ano. **Vereador Alef Assolini:** Pede para o secretário explicar sobre as reservas financeiras do município. **Secretário José Carlos Custódio:** As reservas financeiras são basicamente em cima das reservas financeiras do Fundo de Previdência, mas também são feitas aplicações no mercado quando os recursos chegam ao município, sem deixar de aplicar na comunidade; Há uma lei que diz que é necessário seguir uma cronologia nos pagamentos, os pagamentos tem que começar dos mais antigos, as vezes tem 10,15 dias para fazer o pagamento e nesse período ao invés de deixar o dinheiro parado ele é aplicado no mercado financeiro e não há nenhum fornecedor que não esteja recebendo dentro dos 25 dias que é o prazo que a prefeitura tem para fazer seus pagamentos, não há fornecedores em atraso, todos os compromissos estão rigorosamente em dia, e esse dinheiro que tem rendimento mais de 90% é do fundo de previdência porque faz parte do orçamento como um todo. Inclusive, o Governo Federal obriga essa aplicação no mercado financeiro para ter rendimento e ser aplicado no objeto do recurso recebido. **Vereador Alef Assolini:** Para encerrar diz que pelos dados o Governo está indo muito bem, tem uma folha de pagamento enxutíssima, a dívida municipal quase inexistente, a prefeitura não tem muitas dívidas, muito gasto com a folha e o Legislativo da mesma forma, isso só mostra que a cidade tem uma forte política de austeridade e comprometimento com o dinheiro público. Agradece a presença do Secretário, do Vice-prefeito e da Imprensa dando por encerrada a audiência pública.